

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	192.172.858.255
Preferenciais	0
Total	192.172.858.255
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	1.426.340	1.312.562	1.205.928
1.01	Ativo Circulante	288.355	244.823	182.948
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.587	192.687	141.461
1.01.02	Aplicações Financeiras	219.582	0	0
1.01.03	Contas a Receber	37.462	34.272	33.074
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	37.462	34.272	33.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.328	3.111	3.419
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.328	3.111	3.419
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.561	12.035	1.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.835	2.718	3.018
1.01.08.03	Outros	7.835	2.718	3.018
1.02	Ativo Não Circulante	1.137.985	1.067.739	1.022.980
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.406	142.160	127.736
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	68.020	64.241
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	0	68.020	64.241
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	65.406	74.140	63.495
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	61.175	69.909	58.336
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.231	4.231	5.159
1.02.03	Imobilizado	77.177	8.872	8.194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.033	8.872	8.194
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	48.144	0	0
1.02.04	Intangível	995.402	916.707	887.050
1.02.04.01	Intangíveis	995.402	916.707	887.050
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	995.402	916.707	887.050

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	1.426.340	1.312.562	1.205.928
2.01	Passivo Circulante	88.681	3.090.667	2.701.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.943	4.824	4.560
2.01.01.01	Obrigações Sociais	527	1.063	970
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.416	3.761	3.590
2.01.02	Fornecedores	30.902	39.986	33.502
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.902	39.986	33.502
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.973	4.237	4.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.697	2.161	2.445
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.697	2.161	2.445
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.276	2.076	2.137
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	2.891.584	2.545.117
2.01.04.02	Debêntures	0	2.891.584	2.545.117
2.01.05	Outras Obrigações	10.378	3.051	2.592
2.01.05.02	Outros	10.378	3.051	2.592
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	575	523	499
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.990	2.528	2.093
2.01.05.02.06	Arrendamento	6.813	0	0
2.01.06	Provisões	37.485	146.985	111.033
2.01.06.02	Outras Provisões	37.485	146.985	111.033
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	37.485	146.985	111.033
2.02	Passivo Não Circulante	579.094	808.328	670.134
2.02.02	Outras Obrigações	41.696	236.510	220.942
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	235.169	220.524
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	235.169	220.524
2.02.02.02	Outros	41.696	1.341	418
2.02.02.02.03	Outros Passivos	0	189	418
2.02.02.02.04	Fornecedores Nacionais	0	1.152	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02.05	Arrendamento	41.696	0	0
2.02.04	Provisões	537.398	571.818	449.192
2.02.04.02	Outras Provisões	537.398	571.818	449.192
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	294.296	312.150	288.223
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	10.176	9.732	9.284
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	232.926	249.936	151.685
2.03	Patrimônio Líquido	758.565	-2.586.433	-2.165.592
2.03.01	Capital Social Realizado	1.921.729	303.578	303.578
2.03.02	Reservas de Capital	332.058	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.495.222	-2.890.011	-2.469.170

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	507.151	517.890	432.387
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-222.074	-539.825	-427.598
3.03	Resultado Bruto	285.077	-21.935	4.789
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.798	-90.649	-63.894
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.349	-21.869	-20.144
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-34.255	-19.485	-17.833
3.04.02.02	Honorários da Administração	-6.094	-2.384	-2.311
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.551	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-68.780	-43.750
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	246.279	-112.584	-59.105
3.06	Resultado Financeiro	1.164.823	-308.257	-294.428
3.06.01	Receitas Financeiras	1.260.774	44.006	39.225
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.951	-352.263	-333.653
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.411.102	-420.841	-353.533
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.313	0	0
3.08.01	Corrente	-16.313	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.394.789	-420.841	-353.533
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.394.789	-420.841	-353.533
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00726	-0,01386	-0,01165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	1.394.789	-420.841	-353.533
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.394.789	-420.841	-353.533

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	145.273	167.942	126.402
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	197.564	218.382	201.957
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	1.394.788	-420.841	-353.533
6.01.01.03	Depreciação e amortização	45.381	69.388	64.218
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-3.000	-11.497	-14.415
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	445	447	410
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	81.326	321.141	284.599
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-3.505	-6.737	-7.625
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	5	7	0
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	14.645	35.198
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	-17.854	23.928	24.701
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	-87.540	182.633	150.203
6.01.01.15	Provisão e reversão de Impairment	-19.621	45.268	18.201
6.01.01.16	Impostos de Renda e Contribuição Social Corrente	16.313	0	0
6.01.01.17	Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais	-1.209.174	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.291	-50.440	-75.555
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.189	-1.198	-4.362
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	9.474	-10.059	-365
6.01.02.03	Outros Ativos	-5.117	1.228	3.602
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-10.236	7.636	4.505
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	52	24	35
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-15.577	-345	621
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	120	264	548
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-35.971	-36.933	-75.788
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	8.734	-11.573	-3.235
6.01.02.10	Outros Passivos	636	208	-180
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	-1.217	308	-936
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-271.968	-116.716	-68.886

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-23.500	-2.474	-928
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-100.412	-117.200	-72.792
6.02.04	Aplicações financeiras	-171.081	0	0
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	23.025	2.958	4.834
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-49.405	0	0
6.03.06	Custo de emissão de ações	-49.405	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-176.100	51.226	57.516
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.687	141.461	83.945
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.587	192.687	141.461

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.618.151	0	0	0	0	1.618.151
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.394.789	0	1.394.789
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.394.789	0	1.394.789
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	332.058	0	0	0	332.058
5.07	Saldos Finais	1.921.729	332.058	0	-1.495.222	0	758.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-420.841	0	-420.841
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-420.841	0	-420.841
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-2.890.011	0	-2.586.433

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-1.051.303	0	-1.051.303
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-2.115.637	0	-1.812.059
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-353.533	0	-353.533
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-353.533	0	-353.533
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-2.469.170	0	-2.165.592

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	548.328	579.158	480.947
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	431.973	397.852	363.793
7.01.02	Outras Receitas	116.355	181.306	117.154
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	99.217	138.977	84.575
7.01.02.02	Receitas Acessórias	14.736	16.814	16.711
7.01.02.03	Outras Receitas	2.402	25.515	15.868
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-194.184	-491.286	-386.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-78.933	-340.338	-295.510
7.02.04	Outros	-115.251	-150.948	-91.130
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-98.731	-138.158	-83.178
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-6.771	-6.243	-5.709
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-9.749	-6.547	-2.243
7.03	Valor Adicionado Bruto	354.144	87.872	94.307
7.04	Retenções	-45.381	-69.390	-64.218
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-45.381	-69.390	-64.218
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	308.763	18.482	30.089
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.260.774	-110	21.024
7.06.02	Receitas Financeiras	1.260.774	45.158	39.225
7.06.03	Outros	0	-45.268	-18.201
7.06.03.01	Baixa por Impairment	0	-45.268	-18.201
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.569.537	18.372	51.113
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.569.537	18.372	51.113
7.08.01	Pessoal	31.886	38.517	34.236
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.039	27.358	24.308
7.08.01.02	Benefícios	7.649	9.392	8.380
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.198	1.767	1.548
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.964	35.835	32.769
7.08.02.01	Federais	34.880	15.393	14.087

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.02.03	Municipais	22.084	20.442	18.682
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	85.898	364.861	337.641
7.08.03.02	Aluguéis	3.864	3.749	2.017
7.08.03.03	Outras	82.034	361.112	335.624
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	0	14.645	35.198
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	82.034	346.467	300.426
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.394.789	-420.841	-353.533
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.394.789	-420.841	-353.533

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2025

Concessionária da Rodovia do Tietê

A Rodovias do Tietê S.A. celebrou, em abril de 2009, contrato de concessão com o Governo do Estado de São Paulo para exploração do Corredor Leste da Rodovia Marechal Rondon, pelo prazo de 30 anos. A concessão compreende mais de 400 km de rodovias, incluindo os trechos das rodovias SP-101, SP-113, SP-308, SP-300 e SP-209, interligando 25 municípios do interior paulista. Pela outorga fixa, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 517 milhões em 18 meses. Ao longo do período de concessão, estão previstos investimentos superiores a R\$ 2,4 bilhões, contemplando obras de duplicação, implantação de vias marginais, faixas adicionais, acostamentos e passarelas, com destaque para a duplicação das rodovias SP-101 e SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba, contribuindo para o desenvolvimento regional e melhoria da segurança viária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2025 aumentou 8,58% em relação ao ano de 2024, alcançando R\$ 431,9 milhões.

A receita líquida em 2025 foi de R\$ 507,1 milhões (-2,07%).

O tráfego da Companhia em 2025 foi de 39,9 milhões de eixos equivalentes, volume 4,04% maior que o tráfego registrado no ano de 2024.

O EBITDA ajustado em 2025 foi de R\$ 218,0 milhões (+4,04%).

- EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais

2. Desempenho Operacional

A Companhia apresentou crescimento no volume de tráfego em suas rodovias, refletindo a continuidade da recuperação da atividade econômica e da dinâmica logística regional. O volume de veículos e de eixos equivalentes manteve trajetória positiva no período, com destaque para o desempenho do segmento de veículos comerciais.

O crescimento observado foi impulsionado, principalmente, pelo aumento do fluxo de veículos pesados, diretamente associado à intensificação do transporte de cargas e ao fortalecimento das cadeias produtivas que utilizam o corredor logístico da concessão. Adicionalmente, o segmento de veículos leves também apresentou evolução, acompanhando a maior mobilidade regional entre os municípios atendidos pela rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstração dos Resultados	2025	2024
Receita operacional líquida (Nota 16)	507.151	517.890
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(222.074)	(539.825)
Lucro bruto	285.077	(21.935)
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(40.349)	(21.869)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.551	(68.780)
	(38.798)	(90.649)
Lucro operacional	246.279	(112.584)
Despesas financeiras (Nota 18)	(95.951)	(352.263)
Receitas financeiras (Nota 18)	1.260.774	44.006
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.164.823	(308.257)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.411.102	(420.841)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 8)	(16.313)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	-	-
Lucro (prejuízo) do período	1.394.789	(420.841)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	0,01	-0,01

Receita Líquida

Receitas (em R\$ mil)	2025	2024	Variação
Receitas de pedágio	431.973	397.852	8,58%
Receitas acessórias	14.736	16.814	-12,36%
Impostos sobre Receitas	(38.775)	(35.753)	8,45%
Receitas Operacionais	407.934	378.913	7,66%
Receitas de Construção	99.217	138.977	-28,61%
Total	507.151	517.890	-2,07%

A receita líquida (excluída a receita de construção) da Companhia passou de R\$ 378,9 milhões em 2024 para R\$ 407,9 milhões em 2025. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo reajuste tarifário de 5,31% aplicado em julho de 2025 e pelo aumento do tráfego.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

Custos e Despesas Operacionais (em R\$ mil)	2025	2024	Variação
Com pessoal	(25.792)	(36.134)	-28,62%
Honorários da administração	(6.094)	(2.384)	155,62%
Manutenção e conservação	(117.200)	(101.508)	15,46%
Serviços de terceiros	(31.280)	(10.473)	198,67%
Ônus variável da concessão	(6.771)	(6.243)	8,46%
Seguros e garantias	(13.578)	(5.343)	154,13%
Haircut de Fornecedores	-	1.152	
Outros	(29.077)	(9.238)	214,75%
Subtotal	(229.792)	(170.171)	35,04%
Custo dos serviços de construção	(98.731)	(138.158)	-28,54%
Provisão (reversão) de Impairment	19.621	(45.268)	n.a.
Provisão para demandas judiciais	5.871	(24.854)	n.a.
Provisão para manutenção em rodovias	87.540	(182.633)	n.a.
Depreciação e amortização	(45.381)	(69.390)	-34,60%
Total	(260.872)	(630.474)	-58,62%

No acumulado de 2025, os custos e despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 260,8 milhões, representando uma redução de 58,6% em relação a 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, a diminuição de itens não recorrentes e ajustes contábeis registrados no período anterior.

Já os custos operacionais recorrentes apresentaram aumento de 34,1%, impulsionados pela retomada das atividades de conservação e pela normalização de contratos operacionais, com destaque para o crescimento das despesas com serviços de terceiros, seguros e garantias. Por outro lado, observou-se redução relevante nas provisões para manutenção em rodovias e para demandas judiciais, além da queda nas despesas de depreciação e amortização, em função de revisões técnicas e efeitos registrados no exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado

EBITDA (em R\$ mil)	2025	2024	Variação
Resultado Líquido do Período	1.394.789	(420.841)	-431,43%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	16.313	-	-
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(1.164.823)	308.257	n.a.
(+/-) Depreciação e Amortização	45.381	69.390	-34,60%
EBITDA	291.660	(43.194)	n.a.
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	(87.540)	182.633	n.a.
(+/-) Provisão (reversão) de Impairment	(19.621)	45.268	n.a.
(+/-) Não Recorrentes	39.402	-	n.a.
(+/-) Provisão para demandas judiciais e adm	(5.871)	24.854	n.a.
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(35.971)	(36.933)	-2,60%
EBITDA considerando efeito Cons. Especial (a)	182.060	172.628	5,46%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	44,63%	45,56%	-0,93 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	35.971	36.933	-2,60%
Receitas Operacionais (b)	407.934	378.913	7,66%
EBITDA AJUSTADO (c)	218.031	209.561	4,04%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	53,45%	55,31%	-1,86 p.p

O EBITDA ajustado da Companhia totalizou R\$ 218,0 milhões em 2025, crescimento de 4,04% em relação ao exercício anterior. A margem EBITDA ajustada foi de 53,5%, ante 55,3% em 2024, redução de 1,86 p.p. O desempenho reflete o crescimento da receita operacional, impulsionado pelo aumento do tráfego e pelo reajuste tarifário, parcialmente compensado pela elevação das despesas operacionais recorrentes no período.

Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro apresentou evolução relevante em 2025, passando de um prejuízo de R\$ 112,6 milhões em 2024 para um lucro de R\$ 246,3 milhões no exercício corrente.

Essa melhora é explicada, principalmente, pela redução de efeitos não recorrentes em comparação ao registrado no período anterior, especialmente relacionados à provisão para manutenção em rodovias e outros ajustes contábeis, além do crescimento da receita operacional da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2025	2024	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(81.326)	(321.141)	-74,68%
Juros sobre mútuo	-	(14.645)	-100,00%
Outras Despesas Financeiras	(14.625)	(16.477)	-11,24%
Total Despesas Financeiras	(95.951)	(352.263)	-72,76%
Receitas Financeiras	51.600	44.006	17,26%
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	1.209.174	-	n.a.
Total Resultado Financeiro	1.164.823	(308.257)	n.a.

O resultado financeiro líquido passou de despesa de R\$ 308,3 milhões em 2024 para receita líquida de R\$ 1.164,8 milhões em 2025. A variação é explicada principalmente pelo reconhecimento do ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais, no montante de R\$ 1.209,2 milhões, no contexto da reestruturação societária e financeira da Companhia, além da redução das despesas financeiras após a extinção das debêntures RDVT11.

Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social (IR e CSLL)

RESULTADO LÍQUIDO (R\$ '000)	2025	2024	Variação
RESULTADO LÍQ. ANTES DO IR E CSLL	1.411.102	(420.841)	n.a.
IR e CSLL	(16.313)	-	n.a.
RESULTADO LÍQUIDO	1.394.789	(420.841)	n.a.
% Margem Líquida	275%	-81%	356 p.p.

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social passou de um prejuízo de R\$ (420,8) milhões em 2024 para um lucro de R\$ 1.411,1 milhões em 2025.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social (correntes e diferidos) totalizaram despesa de R\$ 16,3 milhões em 2025.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício passou de prejuízo de R\$ 420,8 milhões em 2024 para lucro de R\$ 1.394,8 milhões em 2025. Esse desempenho foi impactado de forma relevante por efeito contábil extraordinário, sem efeito caixa imediato, relacionado ao ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais no contexto da reestruturação societária e financeira da Companhia.

Aumento de Capital

Em 28 de março de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a capitalização do saldo a receber dos debenturistas, com a consequente conversão em participação acionária pelo FIP RDT e o cancelamento das debêntures. A operação concluiu etapa relevante prevista no Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Governança Corporativa

A Companhia adota rigorosas práticas de governança corporativa, alinhadas aos mais altos padrões de mercado, em linha com as principais diretrizes do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Para fortalecer a aderência às melhores práticas, a Companhia realiza revisões recorrentes de suas políticas internas e promove adequações na estrutura organizacional, buscando um modelo mais ágil, enxuto e eficiente.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta por órgãos que garantem a transparência, ética e eficiência em suas operações.

5. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento da Companhia com o Auditor Independente, busca-se avaliar potenciais conflitos de interesses em trabalhos de não auditoria, com base no princípio de que o auditor não deve auditar o próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou promover interesses da Companhia.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), KM 108 + 657 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia possui registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria B desde 06 de setembro de 2011.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 3.147 milhões (R\$ 3.685 milhões a valor nominal) e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 3.953 milhões (R\$ 5.140 milhões a valor nominal), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em lucro de R\$ 185.615, antes do registro dos efeitos decorrentes da recuperação judicial no montante de R\$ 1.209.174, que ocasionou o resultado positivo em R\$ 1.394.789, durante o exercício de 2025 (2024 prejuízo de R\$ 420.841), um capital circulante líquido positivo de R\$ 199.674 (2024 negativo de R\$ 2.845.844) e patrimônio líquido de R\$ 758.565 (2024 negativo (passivo a descoberto) - R\$ 2.586.433) com R\$ 1.921.729 de capital subscrito pelos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Recuperação judicial

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na avaliação da Companhia, a Recuperação Judicial foi a forma mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores (“Plano”), tendo essa decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. Diversos prazos previstos no Plano são contados da data de homologação do Plano (“Data de Homologação” - 06.10.2021) ou da aprovação das operações previstas no Plano pela ARTESP (“Aprovação ARTESP” - 22.11.2024).

O Plano apresentado pela Companhia e aprovado em Assembleia Geral de Credores incluiu os principais pontos para a reestruturação financeira:

- Créditos quirografários detidos por Debenturista: cada Debenturista teve a oportunidade de escolher entre duas opções de pagamento, sendo que a “Opção A” consistia na substituição das debêntures RDVT11 por “Debêntures de Resultado” e a “Opção B” consistiu na substituição das debêntures RDVT11 por cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, gerido pela gestora Geribá (“Fundo de Investimento”).
- Credores Trabalhistas: pagamentos em 12 parcelas mensais de igual valor respeitando o limite total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- Créditos quirografários detidos por não Debenturistas: pagamento, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por credor, em 12 (doze) parcelas mensais; (i) caso haja saldo não superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o saldo será pago na proporção de 50% em 12 parcelas mensais a contar do final do pagamento do valor inicial; e (ii) caso os créditos sejam superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o valor que superar o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) será pago em 2 (duas) tranches, sendo que a primeira será de 40% (quarenta por cento) do valor devido remanescente pago em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais, sendo que a primeira parcela será devida no último Dia Útil do 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP e a segunda será de 60% do valor devido remanescente em uma parcela única, no último dia útil após 210 (duzentos e dez) meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano ou da Aprovação ARTESP, o que acontecer por último, estando tal pagamento sujeito ao Bônus de Adimplência previsto no Plano (Cláusula 3.4.2.2.2.).
- Alienação de 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Companhia e seus respectivos mútuos pelos acionistas anteriores (AB Concessões e Linéas BV) para o Fundo de Investimento, na forma do acordo de compra e venda das ações e respectivos mútuos (“SPA”) anexo ao Plano.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Créditos detidos pela ARTESP: serão pagos até o limite de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas a partir do 60º (sexagésimo) mês da Aprovação ARTESP. O saldo superior a R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) será pago na proporção de 40% (quarenta por cento) em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e sucessivas contados do último dia útil do 60º (sexagésimo) mês e 60% (sessenta por cento) em parcela única após 210 (duzentos e dez) meses contados da Aprovação ARTESP ou da liquidação do crédito, o que ocorrer por último, com bônus de adimplência.
- Créditos ME/EPP: serão pagos integralmente em uma única parcela.

O Plano de Recuperação aprovado e homologado no processo da Recuperação Judicial previu que o início da sua implementação somente poderia ocorrer após a Aprovação ARTESP, sendo que foi previsto inicialmente o prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias da Data de Homologação para sua ocorrência. Este prazo foi sucessivamente estendido.

Em 12 de novembro de 2024, antes da prolação da Aprovação ARTESP, foi emitida uma decisão do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Salto autorizando o início dos pagamentos dos créditos às classes I, II (exceto debenturistas) e IV. Em 16 de dezembro de 2024 foi feita a primeira tranche de pagamentos relativos a estes créditos.

Em 22 de novembro de 2024 a Aprovação ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, permitindo que, a partir desse momento, a Companhia pudesse iniciar o processo de implementação de todos os atos remanescentes relacionados ao Plano, notadamente os referentes aos debenturistas.

Em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia pelo qual informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A, nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal 8.987/95. Na sequência, e de forma tempestiva, a Companhia apresentou seus argumentos de defesa. No entanto, o referido processo vem sendo sucessivamente suspenso, desde 2021, através de deliberações da ARTESP, sendo que, a última suspensão ocorreu já após o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através da deliberação ARTESP Nº 330, de 17 de julho de 2025, pela qual suspendeu o processo administrativo pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias corridos. Na data de 28 de janeiro de 2026 foi decretado na forma do artigo 63, caput, da Lei nº 11.101/05, o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia no âmbito do Processo nº 1005820- 93.2019.8.26.0526, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo. Na data de 05 de fevereiro de 2026 a Companhia apresentou Embargos de Declaração, visando alguns esclarecimentos necessários, no qual foi prolatado decisão da data de 25 de março de 2026. Diante do cenário atual – caracterizado (i) pela efetiva transferência do controle acionário da Concessionária, (ii) pela tramitação de processo administrativo voltado à solução dos passivos regulatórios e (iii) pelo encerramento do processo de recuperação judicial –, verifica-se uma clara convergência institucional no sentido da preservação e reestruturação da concessão, em detrimento da adoção de medidas sancionatórias extremas.

A Administração concluiu, com base na opinião dos assessores jurídicos internos, que, no estágio atual da Recuperação Judicial, incluindo o contexto da autorização de controle da transferência acionária obtida da ARTESP e a implementação das operações previstas no Plano, não há incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em funcionamento no futuro previsível, portanto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no regime de continuidade.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de maio de 2026.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativa

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As áreas que envolvem julgamentos críticos ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.18.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas de maneira consistente para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por serviços de cobrança de pedágios no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3 Instrumentos financeiros**3.3.1 Classificação e mensuração****(a) Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais são classificados e mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa

tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, credor pela concessão, mútuos a pagar e debêntures. Esses passivos classificados são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

3.3.2 Impairment de ativos financeiros

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como seguem:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo		
Provisão para manutenção a valor nominal	311.603	435.114
Provisão para manutenção a valor presente (i)	(270.410)	(396.921)
Ajuste a valor presente	41.193	38.193

- (i) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto de 8% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, que refletem a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

3.5 Segmento de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

O desempenho operacional e financeiro da Companhia é avaliado de maneira consolidada pela Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação dos resultados, não havendo segregação das informações por linhas de negócio ou áreas operacionais distintas.

A Administração avalia o desempenho do segmento operacional com base no EBITDA ajustado, por entender que essa medida reflete de forma adequada a performance operacional da concessão.

A área da concessão da Companhia está integralmente localizada no Estado de São Paulo. Dessa forma, a totalidade das receitas e dos ativos não circulantes estão localizados no Brasil.

As receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias concedidas, sendo que as receitas de construção são registradas para atender aos requisitos do ICPC 01 - Contratos de concessão. Nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. Todo o serviço de exploração da Concessão é regulado por um único regulador, nos termos do contrato de concessão firmado com o Poder Concedente.

3.6 Ativos intangíveis**(a) Direitos de uso dos serviços públicos**

O ativo intangível é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição. É reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis aos ativos serão gerados em favor da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos (Nota 16). Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço público.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefícios econômicos estimado, até o limite do prazo da concessão.

(b) Direito de outorga ou de concessão

O direito de outorga ou de concessão, reflete o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda do valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste do valor recuperável. (Nota 3.18 (a))

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos, limitados ao prazo da concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, quando incorridos podem incluir os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

3.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas ao prazo da concessão.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.8 Direito de uso

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.10 Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.13 Benefícios a empregados**Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

(a) Serviços de construção ou de melhoria

A receita da prestação de serviços de construção ou de melhoria, segundo o ICPC 01 (R1), é reconhecida ao valor justo no período contábil durante o qual os serviços são prestados. A remuneração desses serviços corresponde ao direito de cobrar os usuários dos serviços públicos e são ativados no ativo intangível e amortizadas conforme o prazo de concessão. As receitas e os custos relacionados a esses serviços são registrados no resultado do exercício. O estágio de conclusão é determinado pela evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As estimativas de receitas, custos ou progresso até a conclusão são revisados quando as circunstâncias sofrem alterações. Quaisquer aumentos ou diminuições nas receitas ou custos estimados são refletidos no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(b) Serviços de operação - Receitas de pedágios

As receitas de pedágios são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias. O pagamento do preço da transação se torna devido e a obrigação de desempenho é cumprida assim que o cliente passa pelas praças de pedágio.

3.16 Arrendamentos operacionais

A Companhia arrenda para clientes direito de uso de faixas de domínio. Os recebimentos de arrendamentos são reconhecidos como receita pelo método linear, conforme Nota 16. Os custos, quando incorridos, são reconhecidos como despesa.

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, necessita que haja um exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas estão apresentadas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda.

Os valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC) da concessão foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base nas estimativas abaixo. A Companhia possui somente uma UGC.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período da Concessão.

O teste de *impairment* envolve projeções significativas sobre os resultados futuros da Companhia, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e, conseqüentemente, em sua demonstração financeira.

b) Impostos diferidos ativos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

As premissas-chave utilizadas pela administração são em linha com as premissas-chave utilizadas para a análise do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis.

c) Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

e) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) *Investimentos que geram potencial de receita adicional* - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) *Investimentos que não geram potencial de receita adicional* - são gastos relacionados com manutenção e outros que não geram receitas futuras.

f) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda, sendo a taxa de amortização,

determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses

serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

h) Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

i) Renegociação de passivo financeiro com emissão de instrumentos patrimoniais no contexto da recuperação judicial

A Companhia implementou, no exercício, as medidas previstas em seu Plano de Recuperação Judicial, as quais envolveram a renegociação e reestruturação de determinados passivos financeiros, incluindo diferentes opções de pagamento disponibilizadas aos credores.

A definição do tratamento contábil aplicável a essas transações exigiu o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, particularmente no que se refere à avaliação da substância econômica das operações e à aplicação dos requerimentos do IFRS 9 (CPC 48) e demais pronunciamentos contábeis aplicáveis.

No caso específico da Opção B de Pagamento, a Administração considerou, entre outros fatores, a reorganização societária decorrente da troca de controle da Companhia, o fato de que determinadas operações envolveram partes relacionadas atuando na condição de sócios indiretos, assim como a natureza econômica das transações no contexto da recomposição da estrutura de capital. Com base nesses elementos, a Administração concluiu que tais operações devem ser tratadas como transações de capital, não resultando no desconhecimento de passivos financeiros com impacto no resultado.

j) Apresentação de fundos de investimentos

A Administração exerceu julgamento significativo ao concluir pela não consolidação dos fundos de investimentos dos quais a Companhia era cotista, concluindo não existir poder para dirigir suas atividades relevantes, cuja gestão e decisões de investimento cabiam a gestores profissionais independentes, inexistindo, no julgamento da Administração, direitos substantivos que caracterizassem controle.

Adicionalmente, considerando que a Companhia é uma sociedade de propósito específico ("SPE"), não houve intenção de exercer controle sobre tais veículos e, no exercício de 2026, ocorreu o resgate integral das aplicações mantidas nos fundos, encerrando totalmente a exposição da Companhia a essas estruturas, sendo avaliado, ainda, que a eventual consolidação não resultaria em impactos materiais sobre seus ativos, passivos e resultados, uma vez que os efeitos econômicos já estavam adequadamente refletidos no valor das cotas reconhecidas.

A Administração acredita que os julgamentos adotados refletem de forma adequada a substância econômica das operações e estão em conformidade com as normas contábeis vigentes.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia analisou as normas, interpretações e alterações às normas contábeis emitidas, revisadas e aplicadas pela primeira vez no exercício e concluiu que não são aplicáveis às suas operações, não havendo quaisquer impactos nas demonstrações financeiras, alteração nas políticas contábeis, ou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações:

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial; e

OCPC 10 - Créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.20 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- (a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- (d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- (e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	140	685
Aplicação financeira (i)	16.447	192.002
	16.587	192.687

- (i) Referem-se a aplicação financeiras em Certificados de Depósitos bancários (CDBs), tendo essa aplicação sido remunerada a 98% do CDI em 2025 e 2024.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos (Dromos FIM, Precision FIF e Senna FIF)	219.582	68.020
	219.582	68.020
Circulante	219.582	-
Não circulante	-	68.020

As aplicações em fundos de investimento eram compostas predominantemente por instrumentos de renda fixa, aplicações em outras instituições financeiras e cotas de fundos de direitos creditórios, destinados ao financiamento de antecipação de recebíveis de terceiros. A totalidade do saldo foi resgatada durante o exercício de 2026, em função do processo de revisão contínua da estratégia de investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, tais aplicações apresentavam remuneração média equivalente a 106% do CDI.

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio, cartões de pedágio e de receitas acessórias. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os valores a receber vencem em até 45 dias.

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber	28.844	25.387
Cartões de pedágio a receber	1.005	913
Receitas acessórias (i)	7.222	7.991
Valores em trânsito	603	196
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(212)	(215)
	37.462	34.272

(i) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área de fibra óptica, uso de faixa de domínio, e outros serviços previstos no contrato de concessão.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicações financeiras (i)	661	3.099
Antecipação de IR e CS	3.651	-
Outros impostos a recuperar	16	12
	4.328	3.111

(i) A redução do saldo de IRRF sobre as aplicações financeiras, foi motivada pela compensação de parte do imposto a recolher apurado no exercício de 2025.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	510.115	527.949
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	102.000	101.507
Provisão para participação nos lucros	829	-
Outras provisões	2.064	2.973
Provisão para manutenção de rodovias	204.030	130.778
Provisão para investimentos em rodovias	3.557	3.533
AVP Outorga	1.190	1.267
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta	(693)	658
Redução do ativo fiscal diferido pela ausência de expectativa de provável lucro tributário futuro, após deduzido o saldo passivo	(391.378)	(768.665)
	421.817	22.140
Passivo:		
Tributos diferidos:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(20.595)	(22.140)
Ajuste a valor justo - Instrumentos patrimoniais	(411.119)	-
Líquido	-	-

(i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Lei nº 12.973/14

A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 510.115 (2024 - R\$ 527.949). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

A expectativa da administração é no sentido de que, com a implementação do Plano de Recuperação e repactuação do passivo da Companhia, será revertida a situação quanto aos resultados negativos da Companhia verificados em períodos passados, de modo que poderá ser alcançado resultado positivo em períodos futuros, permitindo-se a compensação futura do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

A administração da Companhia ressalva, contudo, que a baixa contábil de tal ativo não prejudica o seu direito de utilizar o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL para compensar parte de lucros tributáveis futuros, se e quando apurados, nos termos e condições estabelecidos pela legislação e regulamentação tributárias aplicáveis.

8.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.411.102	(420.841)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(479.775)	(143.086)
Redução do ativo fiscal pela ausência de expectativa de provável lucro tributável futuro, após deduzido o saldo passivo	381.594	143.086
Adições/Exclusões permanentes	26.039	-
Outras diferenças temporárias	55.829	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(16.313)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(16.313)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Alíquota efetiva	1,17%	-

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial
Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	287	962	600	1.854	377	4.114	8.194
Aquisições	11	2	179	2.143	-	140	2.475
Baixas	(5)	-	(16)	-	-	-	(21)
Transferência	45	-	-	-	-	(45)	-
Depreciação	(79)	(261)	(215)	(896)	-	(339)	(1.790)
Baixa de Depreciação	2	-	12	-	-	-	14
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Em 31 de dezembro de 2024							
Custo	1.432	3.316	6.170	6.563	377	7.949	25.807
Depreciação acumulada	(1.171)	(2.613)	(5.610)	(3.462)	-	(4.079)	(16.935)
Saldo contábil, líquido	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	261	703	560	3.101	377	3.870	8.872
Aquisições	2	11.558	632	10.107	-	1.201	23.500
Baixas	(2)	(5)	-	-	-	-	(7)
Depreciação	(77)	(690)	(266)	(1.941)	-	(360)	(3.334)
Baixa de Depreciação	2	-	-	-	-	-	2
Saldo contábil, líquido	186	11.566	926	11.267	377	4.711	29.033
Em 31 de dezembro de 2025							
Custo	1.434	14.869	6.802	16.670	377	9.150	49.302
Depreciação acumulada	(1.248)	(3.303)	(5.876)	(5.403)	-	(4.439)	(20.269)
Saldo contábil, líquido	186	11.566	926	11.267	377	4.711	29.033
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Em 31 de dezembro de 2025, existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar-condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 10.803 (2024 - R\$ 9.287).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Direito de outorga da concessão (i)	Obras e serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial	224.283	383.180	25.762	251.028	2.797	887.050
Aquisições (vii)	-	99.085	817	39.893	2.730	142.525
Transferências	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(50)	-	-	(50)
Baixa Amortização	-	-	50	-	-	50
Amortização (vi)	(20.385)	(42.852)	(2.362)	-	(2.001)	(67.600)
Baixa por <i>Impairment</i>	(10.734)	(33.147)	(1.387)	-	-	(45.268)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	542.244	1.101.291	72.450	290.921	19.401	2.026.307
Amortização acumulada	(188.349)	(299.372)	(30.269)	-	(15.875)	(533.865)
<i>Impairment</i>	(160.731)	(395.653)	(19.351)	-	-	(575.735)
Saldo contábil, líquido	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Em 31 de dezembro de 2025						
Saldo inicial	193.164	406.266	22.830	290.921	3.526	916.707
Aquisições (vii)	-	90.070	839	9.261	951	101.121
Transferência	-	-	7.305	(7.305)	-	-
Alienação	-	-	-	-	-	-
Reversão de baixa por <i>impairment</i>	5.479	13.483	659	-	-	19.621
Amortização (vi)	(12.174)	(27.283)	(998)	-	(1.592)	(42.047)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido	186.469	482.536	30.635	292.877	2.885	995.402
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	542.244	1.191.361	80.594	292.877	20.352	2.127.428
Amortização acumulada	(200.523)	(326.655)	(31.267)	-	(17.467)	(575.912)
<i>Impairment</i>	(155.252)	(382.170)	(18.692)	-	-	(556.114)
Saldo contábil, líquido	186.469	482.536	30.635	292.877	2.885	995.402

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, estimada com base no crescimento do PIB, da população regional e no histórico da Companhia, para a qual foi considerada a taxa média ponderada de 6,27% em 31 de dezembro de 2025 (2024 - 5,59%), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 708 (2024 - R\$ 25.326).

11. Direito de uso e arrendamento

Direito de uso

A Companhia é arrendatária em contratos de veículos destinados a uso na operação, especialmente nas atividades de construção, sendo que a amortização é calculada de forma linear ao contrato, que possuem vencimento previsto para 2035.
A taxa de desconto média utilizada no respectivo período foi de 11,29% em 31 de dezembro de 2025.

(a) Composição

Descrição	31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Veículos	48.144	-	48.144
	48.144	-	48.144

(b) Movimentação

Custo	31/12/2024	31/12/2025		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Veículos	-	48.144	-	48.144
	-	48.144	-	48.144

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento(a) Composição

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>
Principal	67.297
(-) Juros apropriar	(18.788)
	48.509
Circulante	6.813
Não Circulante	41.696
	48.509

Cronograma de desembolso (não circulante):

<u>Ano do vencimento</u>	<u>Valor</u>
2027	7.127
2028	6.535
2029	7.147
2030	7.800
2031	4.855
2032	3.596
2033	3.724
2034	602
2035	310
	41.696

(b) Movimentação

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições de novos contratos</u>	<u>(-) Pagamentos de principal e juros</u>	<u>(+) Juros incorridos</u>	<u>31/12/2025</u>
Aluguel de ativos	-	48.509	-	-	48.509
	-	48.509	-	-	48.509

O saldo refere-se ao reconhecimento de passivo de arrendamento, conforme IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, em que a Companhia reconhece o uso do ativo e um passivo correspondente na data na qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizado uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

12. Fornecedores e prestadores de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	18.687	19.912
Cauções e retenções contratuais (i)	12.215	21.226
	30.902	41.138
Circulante	30.902	39.986
Não circulante (ii)	-	1.152

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.
- (ii) Em 2024, foram reconhecidos: baixa de R\$ 1.152 para o resultado do exercício referente ao *haircut* de fornecedores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº17, e reclassificação para o não circulante no montante de R\$ 1.152, de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial.

13. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	6.094	2.384
	6.094	2.384

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 20.

b) Mútuos a pagar

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Via Appia Concessões S.A. (sucessora de AB Concessões S.A.)	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	-	213.157
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	-	22.012
			-	235.169

No contexto da cisão parcial da AB Concessões S.A. realizada em 27 de maio de 2024, e do cumprimento do acordo de acionistas da Companhia, entre a AB Concessões e a Lineas International Holding BV, foi concluída, em 05 de setembro de 2024, a averbação da transferência, nos livros da Companhia, da participação direta de 50% do capital social da Companhia anteriormente detida pela AB Concessões S.A., à Via Appia Concessões S.A., incluindo respectivo mútuo. Desta forma, a AB Concessões S.A. foi sucedida por Via Appia Concessões S.A no respectivo mútuo.

Os contratos possuem vencimento indeterminado e fazem parte do objeto do SPA assinado em 09 de agosto de 2021, através do qual, assim que obtido o seu fechamento, os mútuos serão transferidos para o Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Os mútuos foram remunerados até 31 de maio de 2024, com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês.

Em 10 de outubro de 2024, foi celebrado um termo de acordo entre os acionistas e Companhia, com a interveniência anuência do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, para a suspensão da incidência de juros a partir de 01 de junho de 2024 (inclusive), de forma que o saldo devedor dos mútuos acumulará os juros apenas até o dia 31 de maio de 2024. Em resultado desse acordo, a Companhia reverteu o valor de R\$ 2.763 de atualização registrado no mês de junho e a não incidência a partir dessa data.

Em 28 de março de 2025, foi celebrado a Assembleia Geral Extraordinária, onde o acionista controlador, Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo”), aprovou o aumento de capital social, mediante a integralização dos créditos detidos pelo Fundo em face da Companhia, sendo um deles o mútuo. O valor do mútuo no montante de R\$ 235.169, somado ao valor de R\$ 1.382.981 das debêntures transformadas em cotas do FIP, conforme PRJ, totalizaram o aumento de capital social de R\$ 1.921.729 (Nota 15).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais cíveis	19.220	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas	1.338	11.857
Provisão para processos administrativos	273.641	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias	97	11.048
Provisão para investimentos em rodovias	10.176	9.732
Provisão para manutenção em rodovias	270.411	396.921
	574.883	718.803
Circulante	37.485	146.985
Não circulante	537.398	571.818

a) Provisão para demandas judiciais e administrativas

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/12/2025
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	15.874	4.926	(1.580)	19.220
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.857	962	(11.481)	1.338
Provisão para processos administrativos (iii)	273.371	7.930	(7.660)	273.641
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	11.048	386	(11.337)	97
	312.150	14.204	(32.058)	294.296

	31/12/2023	Adição	Reversão	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais cíveis (i)	14.937	4.624	(3.687)	15.874
Provisão para demandas judiciais trabalhistas (ii)	11.214	952	(309)	11.857
Provisão para processos administrativos (iii)	262.072	18.664	(7.365)	273.371
Provisão para demandas judiciais tributárias (iv)	-	11.048	-	11.048
	288.223	35.288	(11.361)	312.150

(i) As contingências cíveis referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias em que a Companhia opera, e para as quais foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

(ii) As contingências trabalhistas referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

(iii) As provisões para processos administrativos dizem respeito às notificações instauradas pela ARTESP contra a Concessionária e para as quais foi constituída uma provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho dos processos em curso.

(iv) As provisões para processos tributários referem-se, à estimativa de perdas prováveis relacionados ao processo de discussão da constitucionalidade dos Decretos nº 8.426/2015 e 8.451/2015. Este processo teve uma evolução negativa no período, razão pela qual foi constituída uma provisão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Processos Administrativos	216.771	229.664
Processos Judicializados	55.417	42.254
Estimativa de notificações	1.453	1.453
	273.642	273.371

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o equivalente a R\$ 3.173 (2024 - R\$ 12.169) de causas trabalhistas, R\$ 33.489 (2024 - R\$ 23.290) de causas cíveis, e R\$ 95.570 (2024 - R\$ 64.950) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta os seguintes valores de depósitos judiciais:

	31/12/2024	Adição	Reversão	31/12/2025
Cíveis (i)	44.756	3.798	(1.570)	46.986
Trabalhistas (ii)	14.105	-	(12)	14.093
Tributário	11.048	1.030	(11.982)	96
	58.336	4.828	(13.564)	61.175

- (i) Os depósitos cíveis são segregados em R\$ 671 (2024 - R\$ 482) relacionados a processos cíveis e R\$ 46.315 (2024 - R\$ 44.274), relacionados a processos com a ARTESP;
- (ii) Os depósitos judiciais trabalhistas possuem o valor de R\$ 13.720 (2024 - R\$ 13.720) relacionado a discussão trabalhista na vara de Nanuque - Minas Gerais. Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores. O valor de R\$ 373 (2024 - R\$ 385) estão relacionados a outros processos trabalhistas.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos em rodovias foi como segue:

	31/12/2024	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2025
Provisão para Investimentos	9.732	454	(10)	10.176
	9.732	454	(10)	10.176

	31/12/2023	Atualização Monetária Passiva	Atualização Monetária Ativa	31/12/2024
Provisão para Investimentos	9.284	450	(2)	9.732
	9.284	450	(2)	9.732

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2025	31/12/2024
2028	10.176	9.732
	10.176	9.732

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2024	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2025
Provisão para manutenção	435.114	-	-	(35.971)	(87.540)	311.603
Ajuste a valor presente (AVP)	(38.193)	-	-	-	(3.000)	(41.193)
	396.921	-	-	(35.971)	(90.540)	270.410
Circulante	146.985	-	(73.529)	(35.971)	-	37.485
Não circulante	249.936	-	73.529	-	(90.540)	232.925

	31/12/2023	Adição	Transferência	Realização	Reversão	31/12/2024
Provisão para manutenção	289.414	182.633	-	(36.933)	-	435.114
Ajuste a valor presente (AVP)	(26.696)	(18.379)	-	-	6.882	(38.193)
	262.718	164.254	-	(36.933)	6.882	396.921
Circulante	111.033	100.073	(27.188)	(36.933)	-	146.985
Não circulante	151.685	64.181	27.188	-	6.882	249.936

A redução em 2025 do saldo da provisão para manutenção e recapeamento no exercício decorre de uma atualização nas estimativas contábeis, fundamentada por uma revisão técnica abrangente no cronograma de manutenções da malha rodoviária. Esta revisão readequou o plano de intervenções às exigências contratuais vigentes e às projeções de tráfego e desgaste para os próximos anos. Adicionalmente, a redução reflete a implementação de novas medidas de gestão pela Companhia, que otimizaram os processos internos e proporcionaram maior eficiência à operação. Como resultado dessa melhoria na eficiência e da atualização das premissas de engenharia correspondentes aos desembolsos futuros, a Companhia ajustou a provisão para refletir a melhor estimativa atualizada da obrigação presente na data do balanço.

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	146.985
2026	37.485	108.244
2027	106.587	88.984
2028	47.910	31.107
2029	55.280	21.600
2030	23.148	-
	270.410	396.921

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures**a) Descrição da operação**

Debêntures não convertíveis	Valor do principal	Data de emissão	Vencimento final	Títulos em circulação	Prêmio	Encargos financeiros
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	31/12/2025	31/12/2024
Principal corrigido pelo IPCA	-	1.897.475
Remuneração (juros)	-	1.007.001
Custos com emissão	-	(12.892)
	-	2.891.584
Circulante	-	(2.891.584)

c) Movimentação das debêntures

31/12/2024	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Baixa pela implementação da recuperação judicial - reestruturação de dívida	31/12/2025
2.891.584	82.034	-	-	(2.973.618)	-
31/12/2023	Juros no exercício	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2024
2.545.117	346.467	-	-	-	2.891.584

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não convertíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017, mas em 08 de novembro de 2019, as amortizações foram interrompidas devido a declaração de vencimento antecipado das debêntures, onde a Companhia ingressou no processo de Recuperação Judicial, conforme destacado na Nota Explicativa 1.1.

Em 26 de março de 2025, os debenturistas que detinham as debêntures de 1ª Emissão da Companhia tiveram o pagamento de suas debêntures, de acordo com o que constava no Plano de Recuperação Judicial, onde foi previsto duas formas de pagamento, conforme exposto Nota 1.1.

Em 28 de março de 2025, o Fundo, acionista controlador, aprovou o aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização dos créditos detidos pelo FIP e o cancelamento das debêntures de 1ª emissão, uma vez que, o pagamento havia ocorrido de acordo com o Plano de Recuperação. O valor de R\$ 1.382.981 somado a R\$ 235.169 do mútuo, totalizam o valor de R\$ 1.618.151 que foram integralizados ao capital social da Companhia (Nota 15).

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.891.584
Juros incorridos no período	82.034
Efeito pela remarcação da dívida pelo valor justo	(1.209.174)
Integralização de Capital Social	(1.382.981)
Conversão em Debêntures 3ª emissão (RDVT13) - Instrumento Patrimonial	(381.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O instrumento financeiro foi reconhecido no resultado pelo Valor Justo conforme requerimentos estabelecidos no IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O valor justo foi calculado com base no método fluxo de caixa descontado, considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros, cujas perspectivas de crescimento baseiam-se nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como dados de mercado. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; e (ii) taxa de desconto: o Capital Próprio (Ke) foi realizado com base em informações atualizadas, resultando em uma taxa de 14,7% a.a. Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor justo deste instrumento patrimonial, a Administração identificou um ajuste a valor justo a ser constituído no resultado do período no montante de R\$ 1.209.174.

Taxa Ke	Impacto no valor justo 31.12.2025
13,2%	1.157.530
14,2%	1.192.865
14,7%	1.209.174
15,2%	1.224.650
15,7%	1.239.341

16. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 192.172.858.255 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para o seu único acionista:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	100,00%	192.172.858.255 <u>192.172.858.255</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 1.921.729. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

b) Reservas de Capital**Debêntures**

A Companhia, por meio do Fato Relevante divulgado no dia 27 de março de 2025, realizou a integralização das debêntures RDVT13 ao seu patrimônio líquido, uma vez que estas debêntures serão ressarcidas somente no momento em que a Companhia realizar ao devido reembolso dos haveres dos acionistas na mesma proporção. O registro do valor da RDVT13 foi no montante de R\$ 381.463.

Gastos com emissão de ações

Os gastos com emissão de ações referem-se a custos incrementais atribuídos diretamente à transação de patrimônio líquido que de outra forma seriam evitados, tais como: gastos com elaboração de relatórios; remuneração de serviços profissionais de terceiros; taxas e comissões; e custos de registro. Tais gastos foram registrados líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Esses gastos incorridos estão

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

associados com a conversão da 1ª Emissão de Debêntures em cotas do Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

c) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

17. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio	431.973	397.852
Receita de serviços de construção	99.217	138.977
Receitas acessórias	14.736	16.814
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(38.775)	(35.753)
	507.151	517.890

Os impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

18. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Com pessoal	(25.792)	(36.134)
Honorários da administração	(6.094)	(2.384)
Manutenção e conservação	(117.200)	(101.508)
Serviços de terceiros	(31.280)	(10.473)
Ônus variável da concessão	(6.771)	(6.243)
Seguros e garantias	(13.578)	(5.343)
Custo dos serviços de construção	(98.731)	(138.158)
Provisão para demandas judiciais	5.871	(24.854)
Provisão para manutenção em rodovias	87.540	(182.633)
Depreciação e amortização	(45.381)	(69.390)
Provisão (reversão) de Impairment	19.621	(45.268)
Haircut de fornecedores	-	1.152
Outras receitas e despesas	(29.077)	(9.238)
	(260.872)	(630.474)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(222.074)	(539.825)
Despesas gerais e administrativas	(40.349)	(21.869)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.551	(68.780)
	(260.872)	(630.474)

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, mútuos, debêntures e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(81.326)	(321.141)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-	(14.645)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(9.749)	(6.547)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(24)	(60)
Outras despesas financeiras	(4.852)	(9.870)
	(95.951)	(352.263)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	35.239	23.052
Atualização de impostos a recuperar	281	181
Variação do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	12.306	17.596
Ajuste a valor justo sobre instrumentos patrimoniais	1.209.174	
Outras receitas financeiras	3.774	3.177
	1.260.774	44.006
 Resultado financeiro	 1.164.823	 (308.257)

20. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais	(21.848)	(29.126)
Benefícios previstos em lei	(3.466)	(4.492)
Benefícios adicionais	(4.184)	(4.900)
Plano de Participação nos Resultados	(2.388)	-
	(31.886)	(38.518)

21. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador:		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1.394.789	(420.841)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	192.172.858.255	30.357.847.596
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	0,00726	(0,01386)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2025, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,90% ao ano, observada no fechamento de 31 de dezembro de 2025, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano e projeções futuras.
-

		Efeito no resultado antes dos impostos (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	2.451	1.838	1.225

		Efeito no patrimônio líquido (i)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Estável	-25%	-50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	1.617	1.213	809

(i) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	30.902	-	30.902
Credor pela concessão	575	-	575
Total	31.477	-	31.477

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	219.582	68.020
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	16.587	192.687
Contas a receber de clientes	37.462	34.272
Depósitos judiciais	61.175	69.909
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	-	2.891.584
Contas a pagar a fornecedores	30.902	41.138
Outras contas a pagar	2.990	2.718
Partes relacionadas - mútuo a pagar	-	235.169
Obrigações com o poder concedente	575	523

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital social em 31 de dezembro de 2025 representa 80% (2024 - 18%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	235.169
Debêntures	-	2.891.584
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.587)	(192.687)
(-) Aplicações financeiras	(219.582)	(68.020)
Dívida líquida	(236.169)	2.866.046
Total do patrimônio líquido	758.565	(2.586.433)

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	16.587	16.587	192.687	192.687
Aplicações financeiras	219.582	219.582	68.020	68.020
Contas a receber de clientes	37.462	37.462	34.275	34.275
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures (Nota 14) (i)	-	-	2.891.584	-
Fornecedores	30.902	30.902	39.986	39.986
Outras contas a pagar	2.990	2.990	2.718	2.718
Partes relacionadas - mútuo a pagar	-	-	235.169	235.169
Obrigações com o poder concedente	575	575	523	523

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de ser respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras são classificados pelo nível 1.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a declaração de vencimento antecipado, o mercado classificou as Debêntures da Companhia no valor zero, por este motivo o valor justo encontra-se sem valor.

24. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	68.432
	Responsabilidade civil geral	55.758
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	10.000

25. Informações complementares dos fluxos de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	708	25.326

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

26. Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2026, a Companhia informou ao mercado que foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional, o encerramento do processo de Recuperação Judicial em que a Companhia se encontra.

A Administração monitorou os potenciais efeitos decorrentes do conflito no Oriente Médio, incluindo possível volatilidade no preço do petróleo e possíveis impactos no fluxo de veículos e nas projeções de recuperabilidade dos ativos. Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não identificou efeitos materiais sobre suas operações e demonstrações financeiras na data do balanço.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia possui prejuízos acumulados de R\$ 1.495.222 mil em 31 de dezembro de 2025. Assim como, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras que menciona que em 1º de março de 2021 foi emitido Fato Relevante pela Companhia informando que tomou conhecimento da decisão do Conselho Diretor da ARTESP de (i) instaurar processo administrativo de verificação de inadimplência da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., nos termos da Cláusula 38.3 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §2º, da Lei Federal nº 8.987/95, devido à não regularização de descumprimentos contratuais relativos ao cronograma físico-financeiro; e (ii) instaurar processo administrativo de apuração preliminar de inadimplência da Companhia, nos termos das Cláusulas 31.7 e 38.2 do Contrato de Concessão 004/Artesp/2009 e do artigo 38, §3º, da Lei Federal nº 8.987/95. Comprovada a inexecução total ou parcial do contrato poderá, a critério do poder concedente, poderá ocorrer a declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito de ampla defesa. O referido processo vem sendo sucessivamente suspenso desde 2021 através de deliberações da ARTESP e a última ocorreu através da deliberação ARTESP nº 330, de 17 de julho de 2025 pela qual houve a suspensão do processo administrativo pelo prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias corridos. Na data atual, não há suspensão vigente. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento dos efeitos contábeis da homologação do Plano de Recuperação Judicial após aprovação da ARTESP

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 13 de dezembro de 2019, foi deferido, pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo, o pedido de recuperação judicial e em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial (“Juízo”) proferiu a decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) aprovado na Assembleia Geral de Credores, tendo a decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06 de outubro de 2021. O Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado no processo da recuperação judicial entraria em vigência após a aprovação da ARTESP acerca da alteração de controle acionário da Companhia, o que ocorreu em 22 de novembro de 2024. Em 12 de novembro de 2024, a Companhia obteve decisão favorável do Juízo referente ao início do cumprimento do plano de pagamentos dos créditos referentes às classes de credores I, III (exceto debenturistas) e IV. O Plano mudou substancialmente os termos dos passivos da Companhia a partir da aprovação da ARTESP. Como resultado da decisão do Juízo em relação aos pagamentos das classes de credores III (debenturistas), os efeitos da novação da dívida financeira (“hair cut”), conforme previsto no Plano, foram reconhecidos em 2025, com impacto de R\$ 1.209.174 mil no resultado do exercício.

Consideramos a complexidade relacionada à aplicação do Plano de Recuperação Judicial, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- ? Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação e pagamento para certas classes de credores, a aprovação da ARTESP para troca de controle acionário, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- Análise da mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano;
 - Avaliação do julgamento significativo da Administração para registro da renegociação de passivo financeiro com emissão de instrumentos patrimoniais no contexto da recuperação judicial;
 - Envolvimento de especialistas de finanças corporativas para suporte em premissas específicas na mensuração de valor justo;
 - Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia para avaliar a mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de impairment do ativo intangível

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2025, ativo intangível composto pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias objeto da Concessão, no montante de R\$ 995.402 mil. A Companhia elaborou teste de recuperabilidade através do valor em uso, auferido através da metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando o custo médio ponderado de capital (WACC) como taxa de desconto e utilizando técnicas econométricas para a projeção de tráfego, incluindo expectativa de Produto Interno Bruto (PIB) e estimativa de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, (IPCA).

As premissas utilizadas pela Administração envolvem julgamento significativo para fundamentar os resultados futuros de suas operações, como também considera o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial como um todo, incluindo obrigações com o Regulador, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). Como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, a Companhia reconheceu reversão de redução ao valor recuperável ("impairment"), no valor de R\$ 19.621 mil, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10.

Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação de estudo de recuperabilidade (impairment) revisado pela nova Administração da Companhia;
- Análise da competência e objetividade dos avaliadores da Administração;
- Avaliação da adequação do estudo aos requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Revisão dos cálculos aritméticos do valor em uso e da taxa de desconto aplicada, com envolvimento dos nossos especialistas em finanças corporativas;
- Confronto de dados históricos com as projeções;
- Validação dos compromissos de investimentos inseridos no modelo de recuperabilidade, com base no contrato de concessão;
- Entendimento da alocação de tarifas por eixo equivalente alocado para a projeção de volume nas diferentes praças de pedágios;
- Comparação do estudo preparado em no ano anterior com o valor incorrido no ano atual;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Salto, 06 de maio de 2026.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Salto, 06 de maio de 2026.

Brendon Azevedo Ramos
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo
Diretor Administrativo Financeiro